

10. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO.

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a **Liga Portuguesa Contra o Cancro**, nos termos da alínea d) do nº2 do art.º 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Nº Informação: 8410

Data: 01/02/2023

Assunto: Protocolo Município Braga – Liga Portuguesa Contra o Cancro

O cancro é atualmente uma das principais causas de morte em Portugal e, seguramente, uma das situações com maior impacto ao nível da prestação de cuidados hospitalares, nível de incapacidade e morbilidade. Neste cenário, a doença oncológica deve ser unanimemente considerada como uma das prioridades das políticas de saúde em Portugal.

Considerando que:

- Os Municípios, pela sua proximidade e competências crescentes nas mais diversas áreas de atuação, possuem responsabilidades acrescidas na promoção e literacia em saúde;
- A elevada pertinência da prevenção de cancro no âmbito das ações de educação para a saúde promovidas pelas escolas contribuindo para a redução de comportamentos de risco;
- Surge a importância de promover, junto das comunidades educativas a adoção de estilos de vida saudáveis através de uma dinâmica conjunta em áreas de saúde consideradas prioritárias, de modo a facilitar o aumento da literacia em saúde que permita ao indivíduo desenvolver atitudes positivas face à sua vida e fazer escolhas conscientes e informadas;
- Existe uma inegável lacuna na formação de professores e educadores de como lidar com a doença oncológica no aluno, ou no agregado familiar deste, visando a capacitação destes profissionais da educação, no sentido de melhor compreender a doença e auxiliar o aluno na sua vivência pessoal ou de elementos do seu agregado familiar.

Nestes termos, e tendo por base as competências do Município, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças".

Propõe-se o estabelecimento de um **Protocolo de Colaboração com a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte e os Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga**, que pretende promover o desenvolvimento de ações e planeamento, realização e avaliação conjuntas, das atividades a implementar em contexto escolar, no âmbito da Prevenção de Cancro visando os seguintes objetivos:

Minuta Protocolo de Colaboração

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE: o Município de Braga, com sede na Praça do Município 4700-435 Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente do Município de Braga, doravante designado por Município.

O

SEGUNDO OUTORGANTE: a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Norte, pessoa coletiva nº 500967768, representada pelo Dr. Vítor Veloso, na qualidade de Presidente, doravante designada por LPCC – NRN.

E O

TERCEIROS OUTORGANTES: Agrupamentos de Escolas Alberto Sampaio, André Soares, Braga Oeste, Carlos Amarante, Celeirós, D. Maria II, Dr. Francisco Sanches, Maximinos, Mosteiro e Cávado, Real, Sá de Miranda, Trigal Santa Maria e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, representados pelos(as) seus/suas diretores(as).

CONSIDERANDO A:

- Pertinência da prevenção de cancro no âmbito das ações de educação para a saúde promovidas pelas escolas contribuindo para a redução de comportamentos de risco;
- Importância de promover, junto das comunidades educativas a adoção de estilos de vida saudáveis através de uma dinâmica conjunta em áreas de saúde consideradas prioritárias, de modo a facilitar o aumento da literacia em saúde que permita ao indivíduo desenvolver atitudes positivas face à sua vida e fazer escolhas conscientes e informadas;
- Lacuna na formação de professores e educadores de como lidar com a doença oncológica no aluno, ou no agregado familiar deste, visando a capacitação destes profissionais da educação, no sentido de melhor compreender a doença e auxiliar o aluno na sua vivência pessoal ou de elementos do seu agregado familiar.

Acordam as partes na celebração do presente Protocolo, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1ª cláusula

(Objeto do Protocolo)

O objeto do presente protocolo consiste no desenvolvimento de ações e planeamento, realização e avaliação conjuntas, das atividades a implementar em contexto escolar, no âmbito da Prevenção de Cancro visando os seguintes objetivos:

- a) Promover o acréscimo de conhecimento sobre a doença oncológica;
- b) Promoção para a adoção de hábitos de vida saudável, abordando assuntos como a alimentação, higiene, saúde oral, vacinação, exercício físico, saúde mental, entre outros;

4ª cláusula

(Utilização e divulgação dos resultados)

- a) A divulgação das atividades contempladas no presente protocolo é da responsabilidade das entidades envolvidas, salvaguardando sempre a autonomia de cada uma e a complementaridade existente entre as instituições;
- b) Nos casos de divulgação e utilização dos resultados obtidos no âmbito da execução das atividades desenvolvidas, designadamente através de ações de divulgação diversas, de cariz educativo, formativo ou publicação em meios de informação ou na web, as partes comprometem-se a referir a co-autoria e responsabilização conjunta no trabalho desenvolvido.

5ª cláusula

(Duração do Protocolo)

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e será válido por um ano letivo, sendo tácita e sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, se não for denunciado por qualquer uma das partes, mediante carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de trinta dias relativamente ao seu termo.

6ª cláusula

(Proteção de Dados Pessoais)

No âmbito do presente protocolo, o Município e a LPCC – NRN têm acesso a dados pessoais, os quais só podem ser objeto de tratamento quando se mostre necessário à execução do protocolo e no estrito cumprimento da lei.

O Município e a LPCC – NRN, ao abrigo do disposto acima, obrigam-se a:

- a) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de privacidade e de proteção de dados pessoais na execução do presente protocolo;
- b) Respeitar os direitos dos titulares dos dados, nomeadamente, os direitos de acesso, informação, atualização, eliminação e de oposição;
- c) Conservar os dados apenas pelo período considerado necessário à prossecução das finalidades subjacentes à sua recolha, no âmbito do presente protocolo, garantindo a sua confidencialidade;
- d) Tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente a sua recolha, o seu registo, organização, consulta e transmissão, apenas nas situações em que o titular dos dados tenha dado o seu consentimento inequívoco;
- e) Implementar medidas técnicas e organizativas adequadas de forma a que o tratamento observe os requisitos legais, assegurando, designadamente, a adoção de um nível de segurança adequado e proporcional ao risco e, ainda, a defesa dos direitos dos titulares dos dados, tendo em conta as técnicas mais avançadas, de forma a proteger a sua destruição ou perda accidental ou ilícita, alteração, difusão ou acesso não autorizado;
- f) Informar de imediato o outro Outorgante, através do Encarregado de Proteção de Dados, quando tenha conhecimento da existência de quebras de segurança, de violação